

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PE

Termo de Referência 36/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2025	383514-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PE	LUCIA HELENA PASSOS DE ARAUJO	03/12/2025 12:51 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		9079620110000598000010/2025-64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aquisição de licenças Microsoft Office Home and Business 2024 ESD, Microsoft Power BI Pro e StreamYard Core para atender às demandas do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco (CRCPE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Microsoft Office Home and Business 2024 ESD	27472	Licença Perpétua	40	1.384,39	55.375,60
2	Microsoft Power BI Pro	27502	Subscrição de Licença Anual	1	1.168,66	1.168,66
3	StreamYard Core	27502	Subscrição de Licença Anual	1	3.805,00	3.805,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de mercado pré-estabelecidos, estão disponíveis amplamente no mercado e são facilmente comparáveis quanto a preço e qualidade.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A contratação consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco para o exercício de 2025, aprovado pela Portaria CRCPE nº 010, de 24 de janeiro de 2025.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A solução de TIC consiste na aquisição de licenças conforme detalhado abaixo:

Software	Tipo	Quantidade
Microsoft Office Home and Business 2024 ESD	Pépetua	40
Microsoft Power BI Pro	licença por 12 meses	01
StreamYard Core	licença por 12 meses	01

2.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

2.1.1. Licença Microsoft Office Home and Business 2024 ESD, com as seguintes características mínimas: a licença Microsoft ofertada deve atender às seguintes características mínimas: marca: Microsoft modelo: office home & business 2024 ESD aplicativos inclusos: word, excel, powerpoint, outlook, onenote idioma: português brasileiro (pt-br) licença: perpétua/vitalícia versão: 32/64 bits licenciamento do tipo: ESD (digital) o produto deverá ser enviado para o Departamento de Informática do CRCPE, e-mail: informatica@crcpe.org.br, contendo a chave de registro, conforme as características de originalidade.

Aquisição e Distribuição: A aquisição deverá ser feita por meio de distribuidores autorizados pela Microsoft listados em site oficial. O produto será conferido junto à Microsoft quanto a sua originalidade. Caso o produto não seja identificado como original ou esteja em desacordo com a legislação e as especificações descritas, ele será devolvido.

2.1.1.1. O software deve ser plenamente compatível com os sistemas operacionais Windows 11, assegurando ampla integração com ambientes corporativos modernos; e

2.1.1.2. O pacote deve inclui suporte técnico e atualizações conforme as diretrizes estabelecidas pelo fabricante, proporcionando segurança, estabilidade e conformidade ao longo do ciclo de vida do produto.

2.1.2. Microsoft Power BI Pro, com as seguintes características mínimas: Licença de uso do software MICROSOFT POWER BI PRO pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico contínuo, garantia e atualização das versões durante o período contratado. Obrigatoriamente deve incluir todas as funcionalidades completas do MICROSOFT POWER BI PRO para análise de dados, criação de dashboards interativos, compartilhamento seguro de relatórios, integração com outras ferramentas da Microsoft e a atualização automática POWER BI. A interface e a documentação devem estar disponíveis em português brasileiro (PT-BR). O fornecimento deve garantir o acesso ao centro de administração da Microsoft para controle total da licença e acompanhamento. a versão fornecida deve ser a mais atual disponível no mercado na data da entrega. Fornecedor documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como indicador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador se está incluído o direito a atualização, garantia e suporte técnico, período de garantia e preço praticado;

2.1.2.1 Aquisição e Distribuição: A aquisição deverá ser feita por meio de distribuidores autorizados pela Microsoft listados em site oficial. O produto será conferido junto à Microsoft quanto a sua originalidade. Caso o produto não seja identificado como original ou esteja em desacordo com a legislação e as especificações descritas, ele será devolvido.

2.1.2.2. As licenças deverão ser originais, sem restrições de uso e válidas legalmente em todo o território nacional. Não serão aceitas licenças piratas, ilegais ou que não atendam as normativas vigentes no Brasil ou licenças destinadas a órgãos educacionais ou a estudantes.

2.1.2.3 A entrega será de forma eletrônica (via e-mail ou on-site), após Ordem de Entrega.

2.1.3. StreamYard Core: Deverá ser fornecida assinatura de licença de software StreamYard, na versão Core, com acesso ao software mais recente disponibilizado pelo fabricante. Deve permitir transmissões (streamings) de vídeos ilimitados. Deve permitir até 10 participantes em uma única transmissão (streaming). Deve permitir o Multistream – transmitir para mais de uma plataforma (Facebook, Youtube, Twitch etc.) ao mesmo tempo. Deve permitir transmitir streaming para, pelo menos, a plataforma Facebook, Youtube e Twitch. Deve permitir exibir marca (logo) personalizada no vídeo durante sua transmissão. Deve permitir o compartilhamento de tela (screen sharing) durante uma transmissão. O software deve ser compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 11 e/ou superior (64 bits), em idioma Português do Brasil (PTB), em utilização no Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco. Caso o software seja executado em navegador de Internet (browser), deve ser compatível com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Opera, em suas versões mais recentes. Os softwares devem ter interface em idioma Português do Brasil (PTB) ou Inglês. A assinatura deverá permitir acesso a versão mais recente do produto durante todo o período de vigência do plano contratado. A assinatura deverá permitir acesso ilimitado e irrestrito a todos os recursos do aplicativo, considerando as limitações plano escolhido (core). A licença deverá estar em nome do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco, em modo de assinatura pelo período de 12 meses, legalizado, não sendo admitidas versões “shareware”, “trial”, NFR “not for resale” ou versão educacional.

2.1.3.1 A assinatura fornecida pela CONTRATADA deverá ser disponibilizada por meio do sistema online da STREAMYARD, na conta CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO, e-mail informatica@crcpe.org.br.

2.1.3.2 A licença deverá estar cadastrada e disponível no site da STREAMYARD em até 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

2.1.3.3 A CONTRATANTE deverá receber informação da CONTRATADA sobre a disponibilização da licença do produto na conta do “CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO” no portal oficial da STREAMYARD.

2.1.3.4 Necessidade de Parceria/Revenda Autorizada: Considerando a relevância e especificidade do objeto, é essencial que as licenças adquiridas sejam fornecidas por uma empresa que possua autorização para revenda de suas licenças de uso.

2.1.3.5 A parceria com um revendedor autorizado garante:

2.1.3.5.1 Autenticidade das Licenças: Somente revendedores autorizados têm acesso direto de comercialização, garantindo que as licenças sejam genuínas e não piratas;

2.1.3.5.2 Suporte Técnico Especializado: Revendedores autorizados têm acesso a treinamentos e suporte direto das ferramentas, o que assegura um atendimento de qualidade e mais eficiente em caso de problemas técnicos ou dúvidas sobre o uso da plataforma;

2.1.3.5.3 Atualizações e Compliance: A aquisição via parceiro autorizado assegura que o CONTRATANTE estará sempre em conformidade com as políticas de uso das ferramentas e receberá todas as atualizações de segurança e funcionalidades disponibilizadas pela plataforma;

2.1.3.5.4 Segurança Jurídica: A contratação de uma empresa parceira oficial evita riscos legais relacionados ao uso de software não autorizado ou fora de conformidade com os termos de serviço das ferramentas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio:

4.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Licença Microsoft Office Home and Business 2024 ESD, com as seguintes características mínimas: a licença Microsoft ofertada deve atender às seguintes características mínimas: marca: Microsoft modelo: office home & business 2024 ESD aplicativos inclusos: word, excel, powerpoint, outlook, onenote idioma: português brasileiro (pt-br) licença: perpétua/vitalícia versão: 32/64 bits licenciamento do tipo: ESD (digital) o produto deverá ser enviado para o Departamento de Informática do CRCPE, e-mail: informatica@crcpe.org.br, contendo a chave de registro, conforme as características de originalidade.

Aquisição e Distribuição: A aquisição deverá ser feita por meio de distribuidores autorizados pela Microsoft listados em site oficial. O produto será conferido junto à Microsoft quanto a sua originalidade. Caso o produto não seja identificado como original ou esteja em desacordo com a legislação e as especificações descritas, ele será devolvido.

4.1.1.1. O software deve ser plenamente compatível com os sistemas operacionais Windows 11, assegurando ampla integração com ambientes corporativos modernos; e

4.1.1.2. O pacote deve incluir suporte técnico e atualizações conforme as diretrizes estabelecidas pelo fabricante, proporcionando segurança, estabilidade e conformidade ao longo do ciclo de vida do produto.

4.1.2. Microsoft Power BI Pro, com as seguintes características mínimas: Licença de uso do software MICROSOFT POWER BI PRO pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico contínuo, garantia e atualização das versões durante o período contratado. Obrigatoriamente deve incluir todas as funcionalidades completas do MICROSOFT POWER BI PRO para análise de dados, criação de dashboards interativos, compartilhamento seguro de relatórios, integração com outras ferramentas da Microsoft e a atualização automática POWER BI. A interface e a documentação devem estar disponíveis em português brasileiro (PT-BR). O fornecimento deve garantir o acesso ao centro de administração da Microsoft para controle total da licença e acompanhamento. a versão fornecida deve ser a mais atual disponível no mercado na data da entrega. Fornecedor documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como indicador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador se está incluído o direito a atualização, garantia e suporte técnico, período de garantia e preço praticado;

4.1.2.1 **Aquisição e Distribuição:** A aquisição deverá ser feita por meio de distribuidores autorizados pela Microsoft listados em site oficial. O produto será conferido junto à Microsoft quanto a sua originalidade. Caso o produto não seja identificado como original ou esteja em desacordo com a legislação e as especificações descritas, ele será devolvido.

4.1.2.2. As licenças deverão ser originais, sem restrições de uso e válidas legalmente em todo o território nacional. Não serão aceitas licenças piratas, ilegais ou que não atendam as normativas vigentes no Brasil ou licenças destinadas a órgãos educacionais ou a estudantes.

4.1.2.3 A entrega será de forma eletrônica (via e-mail ou on-site), após Ordem de Entrega.

4.1.3. StreamYard Core: Deverá ser fornecida assinatura de licença de software StreamYard, na versão Core, com a acesso ao software mais recente disponibilizado pelo fabricante. Deve permitir transmissões (streamings) de vídeos

ilimitados. Deve permitir até 10 participantes em uma única transmissão (streaming). Deve permitir o Multistream – transmitir para mais de uma plataforma (Facebook, Youtube, Twitch etc.) ao mesmo tempo. Deve permitir transmitir streaming para, pelo menos, a plataforma Facebook, Youtube e Twitch. Deve permitir exibir marca (logo) personalizada no vídeo durante sua transmissão. Deve permitir o compartilhamento de tela (screen sharing) durante uma transmissão. O software deve ser compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 11 e/ou superior (64 bits), em idioma Português do Brasil (PTB), em utilização no Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco. Caso o software seja executado em navegador de Internet (browser), deve ser compatível com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Opera, em suas versões mais recentes. Os softwares devem ter interface em idioma Português do Brasil (PTB) ou Inglês. A assinatura deverá permitir acesso a versão mais recente do produto durante todo o período de vigência do plano contratado. A assinatura deverá permitir acesso ilimitado e irrestrito a todos os recursos do aplicativo, considerando as limitações plano escolhido (core). A licença deverá estar em nome do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco, em modo de assinatura pelo período de 12 meses, legalizado, não sendo admitidas versões “shareware”, “trial”, NFR “not for resale” ou versão educacional.

4.1.3.1 A assinatura fornecida pela CONTRATADA deverá ser disponibilizada por meio do sistema online da STREAMYARD, na conta CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO, e-mail informatica@crcpe.org.br.

4.1.3.2 A licença deverá estar cadastrada e disponível no site da STREAMYARD em até 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.1.3.3 A CONTRATANTE deverá receber informação da CONTRATADA sobre a disponibilização da licença do produto na conta do “CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO” no portal oficial da STREAMYARD.

4.2 Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.3 Requisitos Legais

4.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.4. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.4.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações

4.5 Requisitos Temporais

4.5.1. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.3 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.6 Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1 Não se aplica devido à natureza do objeto.

4.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1 Não se aplica devido à natureza do objeto.

4.8 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8.1 Não se aplica devido à natureza do objeto.

4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1 Não se aplica devido à natureza do objeto.

4.10 Requisitos de Implantação

4.10.1 Considerando se tratar de aquisição de licença de software, a instalação da ferramenta se dará na pela equipe do Departamento de Informática do CRCPE.

4.11 Requisitos de Garantia e Manutenção

4.11.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.12 Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

4.13 Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.14 Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.14.2 A chave de ativação, conforme as características de originalidade, deverão ser enviadas para o Departamento de Informática do CRCPE, e-mail: informatica@crcpe.org.br, para download por meio do portal de licenciamento do produto; O fornecimento das licenças, será feito por meio de acesso ao site do fabricante, a área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço.

4.15 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1 O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.1.1 No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado (vide Item 7 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022. Guia disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf

6.15.1.2 Os softwares deverão ter direito de receber atualização de segurança durante o período de subscrição vida útil.

4.16 Vistoria

4.16.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.17 Sustentabilidade

4.17.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.18 Subcontratação

4.18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.19 Da exigência de amostra

4.19.1 Não serão exigidos amostra do objeto, uma vez que a solução possui características padronizadas (partnumber).

4.20 Garantia da contratação

4.20.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

4.21 Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.21.1 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Condições de Entrega

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 5(cinco) dias, contados da assinatura do Contrato ou documento equivalente, em remessa única.

6.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3 Os dados de acesso deverão ser encaminhados para o e-mail informatica@crcpe.org.br, dentro do prazo definido para a disponibilização de acesso as aplicações e a assinatura deverá ser efetivada em nome do **Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco**.

6.4 A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial, durante todo o período de vigência da subscrição, para ocorrência de problemas de acesso ou operacionalização da plataforma.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.4. Visto a característica da aquisição, não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Local da prestação de serviços

6.5 Em caso de disponibilização em mídia física, o produto deverá ser entregue, em horário comercial (8h às 17h), na sede do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco (CRCPE), mediante agendamento prévio, no endereço a ser designado pelo gestor do contrato: Rua Carlos Gomes, 481 - Prado, CEP: 50720-135, Recife/PE.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.6 Especificação da garantia do serviço:

6.1.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 1 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.1.2. Deverá ser oferecido o suporte técnico, atualizações, correções de problemas e gerenciamento de licenças.

6.1.3. A Contratada deverá realizar o Suporte Técnico, via web e telefônico, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo das licenças instaladas, devendo realizar ainda a atualização de versão mais recente do software.

6.1.4. A Contratada deverá disponibilizar canais de acesso através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e Internet, para abertura de chamados técnicos objetivando respostas de . problemas e dúvidas quanto ao funcionamento dos softwares.

6.1.5. O Suporte técnico web e telefônico deverá ser realizado em regime 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias no ano), com início de atendimento em até 1 (uma) hora após abertura do chamado e prazo de 4 (quatro) horas para resolução do problema, incluindo realização dos procedimentos de diagnósticos, aplicação de "patches" e correções conhecidas do fabricante. Para os defeitos desconhecidos de software ou que tenham a necessidade de alteração no código fonte do produto, atualização de "Release" ou Versões, desenvolvidas em laboratórios do fabricante após análise detalhada e criteriosa dos efeitos dessa alteração, será permitida a entrega de solução de contorno dentro do prazo estipulado de 6 (seis) horas, mantendo o ambiente ativo e operacional até a solução definitiva.

6.1.6. A abertura de chamados técnicos deverá ser registrada e constar, explícito e claramente a data, horário, descrição do problema e o respectivo grau de criticidade.

6.1.7. A Contratada deverá realizar a atualização dos softwares, na versão mais atualizada, pelo período definido no objeto deste Termo de Referência, garantindo ao Gestor e aos Fiscais do contrato no CRCPE e usuários previamente autorizados o acesso a novas versões dos produtos.

6.1.8. A atualização dos softwares deverá ser entregue nos locais indicados pelo CRCPE, em dias úteis (segunda a sexta-feira), no horário de 8:00 às 17:00 horas ou disponibilizada pela internet, em site específico.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.7 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.8. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**, sua incidência se dará nos termos do item 7.3 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.11.1. o prazo de validade;

9.11.2. a data da emissão;

9.11.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

9.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.11.5. o valor a pagar; e

9.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

9.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.26. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

9.27 Do Reajuste

9.27.1 Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3.1 Item 1 - valor máximo aceitável: **R\$ 55.375,60** (cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos);

10.3.2 Item 2 - valor máximo aceitável: **R\$ 1.168,66** (mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos.);

10.3.3 Item 3 - valor máximo aceitável: **R\$ 3.805,00** (três mil, oitocentos e cinco reais);

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

10.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Habilitação Técnica

10.26. Apresentar um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove(m) a aptidão da LICITANTE para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos, contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição do escopo dos serviços prestados;
- c) Nome ou razão social da empresa que prestou o serviço ao emitente;
- d) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto à empresa emitente).

10.27. Os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA devem atender, ainda, ao seguinte: a) Os ATESTADOS devem evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação - contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço/bem(s) fornecidos e/ou executado(s) ou em execução.

10.28. A eventual recusa do(s) emitente(s) do(s) ATESTADO(S) em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, ou a constatada inexatidão das informações atestadas, desconstituirá o(s) ATESTADO(S) – o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa, ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades.

10.29. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão admitidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da CONTRATADA proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente. Ainda, com respeito aos ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- a) Devem estar relacionados ao objeto da licitação;
- b) Devem ser pertinentes e compatíveis às características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- c) Poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com correta identificação do emissor;
- d) Devem ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- e) Devem estar assinados por quem tenha competência para expedi-los, tais como representantes legais do órgão /empresa, diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);
- f) Devem conter identificação clara e suficiente do Atestante;
- g) Devem apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição.

10.30. Ficará a cargo do CRCPE, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação dos mesmos.

10.31 Os atestados que comprovem a aptidão descrita acima deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.32 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do CONTRATO que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em foram prestados os serviços.

Regime de execução

10.33 O regime de execução do contrato será por empreitada por item.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 60.349,26** (sessenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos.).
- 11.2 Tal valor foi obtido a partir de pesquisas feitas no Painel de Preços (<http://paineldepregos.planejamento.gov.br>) e pesquisa com fornecedor, conforme detalhamento no item 15 dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este TR.

Item	Especificação	CATMAT		Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	--------	--	------------	----------------	-------------

			Métrica ou Unidade de Medida			
1	Microsoft Office Home and Business 2024 ESD	27472	Licença Perpétua	40	1.384,39	R\$ 55.375,60
2	Microsoft Power BI Pro	27502	Subscrição de Licença Anual	1	1.168,66	R\$ 1.168,66
3	StreamYard Core	27502	Subscrição de Licença Anual	1	3.805,00	R\$ 3.805,00
VALOR TOTAL					R\$ 60.349,26	

11.3 Proposta de Preço

11.3.1 A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações, obrigações e demais considerações contidas neste Termo de Referência, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Microsoft Office Home and Business 2024 ESD	Unidade.	40	R\$	R\$
2	Microsoft Power BI Pro	Unidade	1	R\$	R\$
3	StreamYard Core	Unidade	1	R\$	R....

11.3 Nos preços propostos, deverão estar incluídos os tributos, encargos e demais despesas operacionais e necessárias à execução da prestação dos serviços.

11.4 Os preços inerentes à execução dos serviços serão apresentados na proposta da licitante, que constarão do contrato e incluirão todas as despesas legais ou adicionais.

11.5 A proposta deverá ser ofertada pelo VALOR TOTAL DO ITEM.

11.6 A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura do certame.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A conexão entre contratação e o planejamento existente está contido no Projeto 5010 – Modernização do Parque de Informática (hardware e software), constante no Plano de Trabalho do CRCPE. A despesa decorrente do contrato ocorrerá na conta contábil 6.3.2.1.05.01.002 - Software.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Vigência

13.1.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) sua assinatura, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, para os itens 2 e 3.

13.1.2 A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

13.1.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.1.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.1.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

13.2 Índice de Correção Monetária

13.2.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HENRIQUE DE LIMA DIAS

Membro da comissão de contratação

LUCIA HELENA PASSOS DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/12/2025 às 12:51:14.

KARLOS EDUARDO TRAVASSOS DE LIMA MOTA

Membro da comissão de contratação

ANDERSON DE OLIVEIRA PAIVA

Membro da comissão de contratação

CYNTHIA MARIA BEZERRA FERRAZ

Membro da comissão de contratação